

RESENHA
**Políticas Públicas:
reflexões antropológicas**

Leonardo Marcondes Alves¹
Universidade Federal de Uberlândia

LANGDON, Esther Jean; GRISOTTI, Márcia (orgs.). *Políticas Públicas: reflexões antropológicas*. Florianópolis: Editora UFSC, 2016, 298 pp. (Coleção Brasil Plural)

Fruto das discussões de pesquisadores de diversas áreas, tendo a Antropologia como disciplina integradora, esta coletânea sobre políticas públicas foi realizada pelo Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia Brasil Plural (INCT-IBP). A rede de pesquisadores que compõe o INCT-IBP se reuniu em um colóquio na Universidade Federal de Santa Catarina nos dias 18 a 20 de novembro de 2013 para refletir nas experiências sobre as políticas públicas a partir de uma produção científica plural, ou seja, simétrica entre pesquisadores e seus sujeitos.

São dezesseis textos abordando temas diversos como saúde pública (a maioria dos capítulos), imigração, justiça, seguridade social, inclusão, dentre outros aspectos que por vezes se sobrepõem no mesmo texto. A obra integra a Coleção Brasil Plural e faz jus ao nome, contando com autores de formação além das ciências sociais, como em nutrição, farmácia, psicologia, medicina sanitária, mas em comum lançando mão da etnografia e de um olhar antropológico. Dividida em duas partes, a primeira concentra-se nas reflexões teóricas, sobretudo acerca da saúde pública. Já na segunda estão os estudos de casos.

A apresentação feita por Esther Jean Langdon, Márcia Grisotti e Sônia Weidner Maluf oferece um fio condutor para compreender a proposta do livro e dos estudos nele contidos, alinhado com as pesquisas do INCT-IBP.

¹ Mestre em Antropologia (Uppsala Universitet, Suécia). Trabalha na Editora da Universidade Federal de Uberlândia.

Esther Jean Langdon abre a coletânea com *Os diálogos da Antropologia com a saúde: contribuições para as políticas públicas em saúde indígena* discutindo a saúde coletiva e as potenciais contribuições da Antropologia para esse campo. A autora destaca o papel da Antropologia para compreender a saúde para além da concepção biológica, principalmente como uma estrutura social na qual envolvem questões políticas, econômicas e ideológicas.

Em uma análise que questiona a concepção da violência na dicotomia vítima/agressor, Theophilos Rifiotis discute o papel da Antropologia no debate público sobre os sujeitos de direito, a judicialização e a percepção do sujeito-vítima. Em *Entre teoria, estética e moral: repensando os lugares da Antropologia na agenda social da produção de justiça* propõe que a Antropologia deva investigar e acompanhar a produção da justiça enquanto participar da construção de políticas públicas criticamente informadas.

Márcia Grisotti chama a atenção sobre a *Interfaces entre ciências sociais e saúde e reflexões sobre políticas de saúde*. Com esse viés interdisciplinar, a autora discute a política de saúde coletiva a respeito das doenças infecciosas emergentes e a relação entre alimentação e saúde na percepção de instituições médicas e por consumidores.

Integrando a ciência farmacêutica com a etnografia, Eliana E. Diehl em *Estudos sobre medicamentos em uma perspectiva interdisciplinar* oferece uma perspectiva dos usuários Kaingáng, Xokleng e Guarani acerca da distribuição e consumo de medicamentos oriundos de programas públicos de saúde.

Encerra a parte teórica do livro o debate proposto por Esther Jean Langdon, Sônia Weidner Maluf e Carmen Susana Tornquist a respeito da *Ética e política em pesquisa: os métodos qualitativos e seus resultados*. Questionam a efetividade das diretivas sobre o uso de termos de consentimento livre e esclarecido (TCLE) e a política dos interesses no seio de comissões ética de modo que esses problemas afetam a produção de pesquisa, principalmente na área de saúde pública.

O primeiro estudo de caso é descrito por Éverton Luís Pereira em *A tensão visibilizada: políticas públicas e pessoas com deficiências*. O autor descreve como a execução de uma política de inclusão é complexa. A partir de seu trabalho de campo em Várzea Queimada, Piauí, registra as tensões entre os “mudos” e os falantes, entre a comunicação na língua gestual local Cena e a língua hegemônica LIBRAS, entre a aplicação local e as diretrizes nacional de uma política pública.

Causou espanto o relato de Rose Mary Gerber em *Pescadoras artesanais no litoral de Santa Catarina, Brasil: algumas reflexões sobre reconhecimento e (in)visibilidades*. Em um país constitucionalmente isonômico entre os gêneros, a autora registra o paternalismo excludente pelo qual são tratadas as pescadoras para serem beneficiárias como Seguradas Especiais. Tal categoria é pensada por atores do INSS como inerentemente masculina, devendo as mulheres serem ou esposas ou filhas de um pescador para fazer jus a esse direito ou se conformarem com a categoria “Autônoma”. Ainda, desmascara a atitude de assistencialismo, quando é tratado o Segurado Especial como *pequenininho, coitadinho*, sem reconhecimento da função social dos pescadores artesanais.

Alberto Groisman aponta em *Vó Nadir e as políticas públicas de saúde: por uma clínica plural* sobre a necessidade de interlocução entre praticantes das religiões ayahuasqueiras e profissionais de saúde. Reflete sobre a coexistência de práticas integrativas com a biomedicina para uma visão compreensiva da saúde.

Em uma rara atenção aos usuários, Ana Paula Müller de Andrade em *Entre reformas e revoluções: tensionamentos no campo da política de saúde e saúde*

mental no Brasil discute a reforma psiquiátrica e saúde mental como um platô de um processo rizomático. Oferece uma perspectiva dos usuários a qual deve ser levada em consideração nesse momento em que cresce a pressão pela volta dos hospitais psiquiátricos em detrimento dos centros de atenção psicossocial.

O número crescente de morte auto-infligida entre índios, principalmente jovens do Mato Grosso do Sul, Roraima e Amazonas levaram a Maximiliano Loiola Ponte de Souza e Jesem Douglas Yamall Orellana a questionar se *Suicídio é suicídio e ponto final? Será?* Os autores, contrastando os critérios da OMS e dos próprios povos indígenas, demonstram que o suicídio não é necessariamente intencional, finaliza a vida ou é responsabilidade da própria pessoa que o conclui. É uma abordagem de saúde mental a ser reproduzida em outros tópicos e populações.

Uma avaliação de uma política pública já existente em um longo prazo é feita por Nádia Heusi Silveira no capítulo *Discriminação, impasses sociais em Mato Grosso do Sul e o bem-viver Kaiowá e guarani*. O projeto desenvolvimentista voltado à expansão agrícola não ponderou as prioridades e visões de mundo dos povos indígenas e sua relação com a sociedade envolvente. Noções como a *tehoka* que atribui valor à terra e às relações sociais indígenas são simplesmente desconsideradas nesse projeto desenvolvimentista. Consequentemente, há um descompasso entre as necessidades dos indígenas, que acabam discriminados por não engajarem no projeto de progresso da ampla sociedade.

A alimentação escolar é um elemento basilar para garantir uma oportunidade de educação universal. Contudo, qualquer programa de alimentação escolar deve considerar fatores locais, sobretudo, elementos de sociabilidade de um determinado povo. É o que Renata da Cruz Gonçalves documenta em *Povos indígenas e políticas públicas no Brasil: os Xávante o Programa Nacional de Alimentação Escolar*. A autora registra a diminuta possibilidade agência dos Xávante na gestão da própria alimentação em ambiente escolar público. Também registra a incompreensão dos gestores não índios das práticas Xávante, principalmente o compartilhamento da comida com os não alunos, algo compreensível em uma sociedade que até a pouco vivia da caça, coleta e roçados em uma economia de reciprocidade e redistribuição.

Em tempos de questionamentos da permanência de comunidades indígenas em suas terras, Evelyn Schuler Zea registra em *O “perro del hortelano” e os impactos de uma metáfora política em territórios indígenas* os desafios vividos por essas comunidades no Peru. Pressões por agentes econômicos e políticos para “aproveitar as riquezas” ameaçam a existência dos indígenas em seus territórios na Amazônia, muito deles isolados ou em área fronteira, situação similar em que muitos estão no Brasil.

A pretensão do visto humanitário tem a análise de Gláucia de Oliveira Assis e Sidney Antônio da Silva em *Migrantes indesejados? A imigração haitiana e os desafios à política migratória brasileira*. Motivos de segurança nacional e criminalização de grupos focados de imigrantes tornam-se meios de exclusão. A seletividade e a cota para imigrantes com o visto humanitário não deixam de ser excludentes, empurrando ainda mais o fluxo migratório haitiano via a Amazônia.

Para concluir, o capítulo *O INCT Brasil Plural e o PPGAS da UFAM* de Deise Lucy Oliveira Montardo, docente em Manaus, sumariza os resultados da colaboração interinstitucional mediada pelo INCT-IBP entre pesquisadores internacionais e do sul do Brasil (principalmente da UFSC) e a UFAM. A implantação da pós-graduação em Antropologia Social da UFAM colheu benefícios dessa rede de pesquisa, demonstrando que mesmo na política pública de formação profissional

em Antropologia, a própria disciplina tem muito a contribuir para um planejamento crítico e na construção de um programa de pós-graduação.

O livro evidencia o papel da antropologia para a formulação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas, principalmente pela interação etnográfica com os usuários e a interlocução interdisciplinar. A obra chama a atenção a várias questões prementes desse papel. Em relação a comunidades indígenas, mulheres pescadoras, imigrantes ou outras, as políticas públicas formuladas e executadas com a crítica das ciências sociais servem para contrabalancear as razões utilizadas para legitimar discursos extrativistas que minam a sobrevivência dos povos originários. Outra questão premente que decorre desse livro é considerar o papel do Estado de Bem-Estar Social no Brasil. O país adota uma visão conservadora de welfare state, para utilizar a tipologia de Esping-Andersen (1991), considerando uma atitude paternalista para que política pública é um ato de caridade da sociedade para os “carentes”. Pelos casos etnografados no livro, é hora de reclamar uma mudança de mentalidade, considerar a agência dos usuários dessas políticas, as quais poderiam ser pautadas por outros princípios, como o de cidadania, solidariedade ou até mesmo de serviços públicos.

Além de alvo de pesquisadores, seria pertinente tecer algumas considerações ao público a quem se destina este livro. Diante da contestação do papel social do Estado no cenário político recente, é uma obra que não deve ficar relegada a uma etnografia de salvaguarda, como uma memória das políticas públicas pretéritas. Antes serve como um instrumento tanto para os cidadãos articularem suas próprias demandas quanto para agentes públicos compreenderem a complexidade de oferecer serviços em um país continental e plural que é o Brasil. Os questionamentos e esclarecimentos teóricos bem como a farta ilustração com estudos de casos, este é um título para ser incorporado às bibliografias básicas de diversos cursos de graduação, tais como Direito, Administração Pública, Nutrição, Letras Libras, Enfermagem, Medicina, Ciências Sociais, além dos cursos de capacitação de gestores públicos.

Recebido em 15 de janeiro de 2019.

Aprovado em 20 de março de 2019.

Referência

ESPING-ANDERSEN, Gosta. As três economias políticas do welfare state. *Lua Nova*, São Paulo, n. 24, p. 85-116, Sept. 1991.